
**COOPERATIVISMO DE BASE SOLIDÁRIA:
UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO QUE PODE DAR CERTO?**

Solange Quirino

Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Economia Rural - (UFV)
Especialização em Gestão de Cooperativas.
Universidade Federal de Viçosa - (UFV)
E-mail: sguirinoyahocom.br - Brasil

Nina Rosa Cunha

Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Administração
Doutorado pela Universidade Federal de Viçosa - (UFV)
E-mail: ninarosaufvbr - Brasil

France Maria Gontijo Coelho

Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Rural - (UFV)
Doutorado pela Universidade de Brasília - (UNB)
E-mail: null

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa-ação realizada em um grupo que participou do processo de incubação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em uma Instituição de Ensino, no período de dois anos. Este estudo pretende apresentar a experiência de incubação, ressaltando os principais problemas e obstáculos vivenciados pelo grupo e pela equipe que conduziu o processo. O método abrangeu um estudo teórico e descritivo, bem como o uso de dinâmicas de grupo, entrevistas individuais e coletivas e observação. Com os dados do estudo, foram identificadas as causas dos problemas e sugestões para prevenções futuras. Ao mesmo tempo, os resultados indicam a importância desse projeto desenvolvido pelas incubadoras, ainda os cuidados que são precisos para que o processo de incubação possa ser concluído e os benefícios esperados pelos grupos submetidos a esse processo sejam alcançados.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativa de Trabalho; Incubadora.

1. INTRODUÇÃO

Com a precarização e exclusão do mercado formal de trabalho de grandes contingentes populacionais, em função das novas tecnologias e das políticas neoliberais, para gerar trabalho e renda, os trabalhadores buscam organizar-se em associações, cooperativas, clubes de troca ou redes não monetárias, empreendimentos autogeridos e familiares.

O processo de expansão do número de trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada aumentou significativamente. Ou seja, os setores não privilegiados pela legislação trabalhista e que continuam em crescimento, absorvendo contingentes crescentes de mão-de-obra, já representam 44% da população economicamente ativa (FONTES, 2002).

Um mecanismo gerador de trabalho e renda são os empreendimentos fundamentados na Economia Solidária. Esses empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, por desempregados ou em via de desemprego, por trabalhadores do mercado informal ou por subempregados e pelos empobrecidos.

Com base nos pressupostos da Economia Solidária, emerge, durante a década de 90, no Brasil, a proposta das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) com o uma importante alternativa no combate à exclusão social e econômica.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares inserem-se numa rede de trabalho nacional que visa novas relações de trabalho, tratando de questões como cooperativismo, mercado, legislação e sistemas de crédito cooperado em micro-empresendimentos que são os focos privilegiados de suas ações.

Neste artigo, pretende-se fazer uma reflexão sobre uma experiência de incubação de cooperativa popular de trabalhadores desempregados em um município da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, na organização de uma cooperativa de garçom com o apoio da ITCP de uma Instituição de Ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A perspectiva da economia solidária

A Economia Solidária, segundo Singer (2002), nasceu na Inglaterra, pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento e exploração dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização de produção fabril.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua devada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade pudesse se elevar (SINGER, 2002, p.24).

Embora com forte inspiração ideológica, credita as raízes históricas da Economia Solidária não a um intelectual, mas sim aos trabalhadores em luta contra o capitalismo, ou seja, “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho” (SINGER 2000, p.123),

A economia solidária, segundo GAIGER (2000), pode ser caracterizada a partir das práticas de autogestão e cooperação usadas nos empreendimentos autogestionários, que alteram o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente encontrados na empresa convencional privada e que propiciam uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Para esse autor, as características da economia solidária são a **reciprocidade colocada no cerne de sua ação econômica** – as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais; a **vontade coletiva de empreender** – não existe a busca de retorno sobre o investimento individual; a **gênese e os atores envolvidos** – trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que assumem empresas falidas; a **organização dessas experiências** – que se dá no âmbito de uma dinâmica cidadã, favorecendo a criação de espaços públicos de proximidade; a **forma de financiamento** – por meio da combinação de recursos obtidos através do mercado e fora dele, e mesmo de caráter não-monetário.

Nesses empreendimentos, o funcionamento possui como premissa a propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual desses meios ou a sua alienação particular; o controle e o poder de decisão pertencem de forma paritária à sociedade de trabalhadores; a gestão é determinada pela sociedade de trabalhadores, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e decide sobre o destino do excedente produtivo.

Neste sentido, Paul Singer ainda esclarece que Economia Solidária:

Constitui-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizada por princípios solidários que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais (SINGER, 2000, p.124).

Apesar das diversidades de dinâmicas culturais e de origem, têm sido pontos de convergência neste movimento da Economia Solidária: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade.

Os valores centrais que movem a Economia Solidária são, assim, o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua apropriação privada sob quaisquer justificativas. Por isso, a Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e desafia outra forma de solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

A Economia Solidária orienta-se por valores éticos solidários na atividade econômica e produtiva, que estão presentes nas práticas de ajuda mútua; de responsabilidade; da democracia; do direito à igualdade e à equidade, honestidade, transparência e responsabilidade social na distribuição de tarefas e benefícios. Esses valores é que garantem um tipo de reciprocidade e confiança solidárias.

2.2. Experiências solidárias e cooperativismo no Brasil

No Brasil, algumas referências históricas podem ser citadas. O cooperativismo implantado pelos jesuítas no século XVII, quando eles se uniram ao trabalho coletivo com os povos indígenas, mesmo que originalmente essa experiência tivesse sido motivada pelo objetivo de persuasão dos indígenas para conversão ao cristianismo etnocêntrico europeu. Em 1847, outro fato marca o que poderia ter sido uma história do movimento cooperativista no Brasil, quando o médico francês Jean Faivre, adepto das idéias de Charles Fourier, fundou, juntamente com um grupo de europeus, no Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativistas.

Na história do cooperativismo brasileiro existem diversas experiências, desde o final do século XIX até praticamente meados do século XX, principalmente em relação às cooperativas de consumo, agropecuárias, de crédito, de trabalho e de saúde.

No entanto, entre os anos 60 e 90, o cooperativismo brasileiro enfrentou uma série de dificuldades, pois empresas capitalistas utilizaram o sistema para burlar os princípios trabalhistas, leis e benefícios dos trabalhadores e dos pequenos empreendimentos. Por exemplo, em razão de mudanças na legislação (Lei 5.764 de dezembro de 1971) ocorreu uma drástica redução no número de unidades cooperativas em operação, em virtude da estimulação da orientação empresarial e da fusão de cooperativas, principalmente as agrícolas, abrindo espaço para integração vertical (SCHNEIDER, 1981).

Assim, nessa condição de elemento de complementação à economia de mercado, o cooperativismo oficial no Brasil envolveu muitas grandes empresas que têm um tipo de concepção sobre cooperação que não é incoerente com o processo de acumulação capitalista. Tanto que, muitas vezes, algumas empresas utilizam esse aparato institucional para burlar direitos relativos à mão-de-obra e sonegar imposto e contribuições. Os princípios cooperativistas de Robert Owen e ideólogos do movimento operário europeu do século XVIII acabaram servindo apenas como força ideológica justificadora e estímulo à atuação indevida de gestores e administradores.

Para NASCIMENTO (2000), nesse momento, ocorreu uma banalização do conceito e da prática cooperativista, ocasionando, entre outros problemas, o surgimento de cooperativistas fraudulentas, também conhecidas por “coopergatos”; a apatia do empresário tomador de serviços cooperativistas; os altos índices de reclamações trabalhistas com julgamentos desfavoráveis às cooperativistas; e o crescimento das críticas e da antipropaganda.

Devido a isso, o cooperativismo de base solidária fica por um período inerte, mas com o aumento do desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho, cuja consequência é o aumento da exclusão social, ela ressurgiu em meados de 90.

O ressurgimento se deve ao fato de que, nesta mesma época, os movimentos sociais foram retomados, depois de mais de vinte anos de regime ditatorial, como uma forma de reagir à crise do desemprego. Assim, consolidam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); a Rede Universitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho); a Cáritas do Brasil, vinculada à CNBB; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

(Anteag) e, dentro das universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Um aspecto relevante nesse ressurgimento da economia solidária no Brasil é o fato de as iniciativas não prescindirem necessariamente do apoio do Estado. Acredita-se que os movimentos são cada vez mais concebidos e estruturados pela sociedade civil, como as experiências citadas anteriormente:

Multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais, etc (SINGER, 2002, p.112).

A economia solidária é formada por empreendimentos que têm como fundamento “ser solidário”, que rateiam os custos de um determinado investimento e dividem os retornos, são autogestionários porque os próprios trabalhadores que os compõem são os que os administram.

Os empreendimentos alicerçados na Economia Solidária são instrumentos de combate à exclusão social, pois se apresentam como alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos. Os empreendimentos solidários evidenciam que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Os empreendimentos da economia solidária apresentam-se a partir de ações locais e visam à criação de novas formas de solidariedade nas comunidades.

Para fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, os instrumentos necessários são o capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação interna e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. O desenvolvimento realizado por fatores internos deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local.

A economia solidária se utiliza, em grande medida, dos mesmos instrumentos do desenvolvimento local. Além do desenvolvimento realizado por fatores internos e sustentáveis, na economia solidária, agrega-se o desenvolvimento solidário, pois é uma iniciativa na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. Além disso, a economia solidária agrega a inclusão social, que contribui, também, com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazos.

Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a economia solidária dependem de um desenvolvimento realizado por fatores internos às organizações, que possa contar com capital social fortalecido e que integre e mobilize os produtores por meio de redes sociotécnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais. Nesse contexto, as políticas públicas podem contribuir na

definição de necessidades e demandas, alocando recursos que garantam as condições iniciais de auto-sustentação dos empreendimentos.

2.3. Cooperativas de Trabalho e Legislação

Por lidar com situações de desemprego, as cooperativas populares vêm diante de si o problema das cooperativas de trabalho e da regulamentação legal de direitos dos trabalhadores.

Para MAUAD (2001, p.32), as cooperativas de trabalho são:

Organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes de profissão, reunidos para o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, os quais, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar e a executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

De acordo com MISI (2000), as cooperativas de trabalho ressurgem como alternativa à crise do desemprego, apresentando-se como opção viável, dentro do quadro atual, para garantir o meio de subsistência de famílias que dependem unicamente da força de trabalho de seus membros para sobreviver. Ao mesmo tempo, acompanham a tendência de privilegiar a produção autônoma das normas regulamentadoras da relação de trabalho, uma vez que são as próprias partes (empresa e cooperativa) que estabelecem essas regras.

No Brasil, decorrente do recente desenvolvimento das cooperativas de trabalho ou de serviços, é preciso analisar que muitas cooperativas fantasmas surgem ao lado das verdadeiras cooperativas, isto é, há empresários que criam cooperativas de trabalho para fugir dos encargos sociais e obrigações trabalhistas (mão-de-obra assalariada).

Para evitar as falsas cooperativas, o Ministério do Trabalho tem realizado uma maciça fiscalização nas cooperativas de trabalho.

Segundo CARELLI (2002), a base do cooperativismo de trabalho legal é a realização de trabalho autônomo, isto é, não existe subordinação jurídica entre o tomador de serviços e o trabalhador, nem entre este e a cooperativa.

O trabalho autônomo é aquele em que não há subordinação entre o tomador dos serviços e o trabalhador, onde este não transfere para aquele o poder de administração, nos âmbitos diretivo, técnico e disciplinar de sua atividade profissional. O trabalhador autônomo não se submete ao poder de supervisão do tomador. O autônomo exerce atividade econômica por sua iniciativa, conveniência ou de acordo com os imperativos das circunstâncias ou com o modo de trabalho que julga adequado para a prestação de serviços contratados.

Entretanto, a autonomia não pressupõe eventualidade, mas é importante que o trabalhador autônomo não esteja à **disposição exclusiva** do tomador para a prestação dos serviços, de forma a não tornar possível a fixação jurídica a uma fonte de trabalho.

Nesta proposta, torna-se imprescindível a união de trabalhadores autônomos, como também eventuais, para a realização de serviços e melhor colocação no mercado, podendo se unir em forma de cooperativa, colocando seus serviços à disposição de clientes.

Na orientação do Ministério do Trabalho, baseada no Enunciado n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), são apenas quatro as hipóteses de terceirização lícita, isto é, o trabalho temporário; a atividade de vigilância; a atividades de conservação e limpeza; e os serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador. Nos três últimos casos, devem estar ausentes a pessoalidade e a subordinação.

No caso da terceirização, por meio da contratação de uma cooperativa de trabalho prestadora de serviços de mão-de-obra, observa o Ministério do Trabalho que a cooperativa atenda também ao princípio da dupla dualidade; ao princípio da retribuição pessoal diferenciada; que na prestação de serviços não estejam presentes a subordinação, a pessoalidade e a não-eventualidade; e que a cooperativa seja constituída por associados que detêm o mesmo nível cultural, indicando a igualdade social entre os cooperados, além de outras observações que comprovem o funcionamento regular da cooperativa, de acordo com a legislação pertinente às cooperativas, ou seja, a Lei do Cooperativismo 5764 de dezembro de 1971.

Além desses pontos, pode-se destacar que, para a terceirização, segundo TEIXEIRA JÚNIOR (2003), quem produz bens ou presta serviços para terceiros precisa dispor de equipamentos, matérias-primas e empregados próprios. No caso das cooperativas, está se falando dos associados.

TEIXEIRA JÚNIOR (2003) afirma que as cooperativas de trabalho, além de constituírem formas privilegiadas de cooperação entre trabalhadores, são, também, alternativas de trabalho e renda e, quando regulares, buscam criar normas compensatórias e fundos específicos. A regularidade de uma cooperativa se expressa, nesse caso, pelo respeito às disposições da legislação, especialmente quanto a sua constituição e funcionamento.

2.4. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)

O projeto das ITCPs tem sua origem no ano de 1992, a partir do movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, liderado por Herbert de Souza, que lançou uma semente no pensamento solidário.

As ITCPs são, segundo OLIVEIRA (2003), empreendimentos que dispõem de uma equipe técnica para fornecer apoio durante um determinado período de tempo, visando contribuir para o processo de aprendizagem de pessoas e grupos dispostos a montar e gerir uma cooperativa de forma sustentada, sem relação de dependência.

Para BOCAJUVA (2001), a ITCP desenvolve atividades voltadas para a inserção de setores economicamente marginalizados pelo mercado formal de trabalho, abrindo um novo conjunto de apoio às iniciativas de geração de trabalho e renda, e se transformando num modelo de extensão da universidade ao combate do desemprego e da exclusão.

SOUZA (2001, p. 8) acredita que “as incubadoras de cooperativas dispõem de um manancial de recursos humanos (professores e alunos) interessados em aprender e a trabalhar juntos com as comunidades carentes envolvidas, compondo assim um projeto de ensino e pesquisa e extensão universitária”.

O público-alvo das ITCPs são os trabalhadores desempregados vinculados ao mercado informal ou os que estão sob condições precárias, podendo estes conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da inserção e organização do trabalho.

As ITCPs dão suportes técnico e gerencial necessários às cooperativas populares, assessorando e acompanhando até o momento de se tornarem aptas a gestarem sozinhas o empreendimento, ou seja, quando se tornarem autônomas. Por isso, o processo desejado por essas incubadoras é, antes de tudo, uma ação pedagógica para a autonomia.

A orientação metodológica das incubadoras é semelhante, no entanto, há adequações devido à realidade de cada local.

A Instituição de ensino, em referência, constituiu a sua ITCP em novembro de 2003, como uma das 30 ITCPs existentes no País, composta de estudantes de diversas áreas como Gestão de Cooperativas, História, Economia Doméstica, Direito, Ciências Econômicas e Geografia, e um professor orientador do Departamento de Economia Rural.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares dessa Instituição de Ensino apresenta como metodologia de incubação segundo seu projeto original:

Fase 1 – Seis primeiros meses

- a) Identificação, na Zona da mata Norte de Minas Gerais de grupos organizados ou não que tenham potencial para o trabalho proposto;
- b) Seleção e mobilização dos grupos a serem incubados;
- c) Realização do DRPE com o objetivo de identificar as potencialidades e limitações do grupo e suas prioridades;
- d) Planejamento participativo de acordo com as prioridades levantadas, utilizando o Método Altadir de Planejamento Popular (MAPP);
- e) Análise de viabilidade econômica do empreendimento;
- f) Implementação de ações pré-cooperativistas, utilizando-se de metodologias participativas e início do processo de legalização da cooperativa incubada.

Fase 2 – Sétimo ao décimo quinto mês

- g) Educação cooperativista com vistas a consolidar a cultura cooperativa entre os membros do grupo;
- h) Formação e funcionamento na área de gestão, compreendendo os aspectos operacionais, financeiros, contábeis e funcionais ou burocráticos.

Fase 3 – Últimos três meses

- i) Início do processo de desincubação;
- j) Emancipação da cooperativa incubada e certificação de que é uma cooperativa autêntica (Projeto da ITCP, 2003, p.15).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação de cunho essencialmente prático, intervencionista e direcionada a problemas reais que possam ser resolvidos no âmbito social.

THOLLENT (1997, p.23) afirma que a pesquisa-ação é uma proposta metodológica e que se concretiza quando reunidas as seguintes condições:

- ? A iniciativa de pesquisa parte de uma demanda de pessoas ou grupos que não ocupam as posições de topo do poder.
- ? Os objetivos são definidos com a autonomia dos atores e com a mínima interferência de membros da estrutura formal.
- ? Todos os grupos sociais implicados no problema escolhido como assunto da pesquisa são chamados para participar do projeto e de sua execução.
- ? Todos os grupos têm liberdade de expressão. Medidas são tomadas para evitar censuras ou represálias.
- ? Todos os grupos são mantidos informados no desenrolar da pesquisa.
- ? As possíveis ações decorrentes da pesquisa são negociadas entre os proponentes e os membros da estrutura formal.
- ? Em geral, as equipes internas que provem a pesquisa são auxiliadas por consultores ou pesquisadores externos.

Tendo como foco uma experiência de incubação da ITCP de uma Instituição de Ensino, a descrição a seguir tenta analisar como se deu o processo de incubação de um grupo de trabalhadores desempregados ao longo de dois anos, ou seja, no período abril de 2004 a setembro de 2006. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas, dinâmicas de grupo e da técnica de observação do monitoramento do grupo e acompanhamento do projeto original, cuja sistematização dos dados empíricos visou a construir a narrativa do processo com vistas a sua melhor compreensão.

A pesquisa-ação realizou-se em uma Instituição de Ensino após demanda de um grupo de trabalhadores do Município da Zona da Mata Mineira. Esse grupo chegou à incubadora com o intuito de constituir uma cooperativa de segurança, porque dois integrantes do grupo já exerciam essa atividade e não estavam satisfeitos, pois a pessoa que fechava os contratos ganhava muito mais que eles. Com a cooperativa, acreditavam que teriam maior oportunidade de trabalho e menos exploração.

A estruturação da pesquisa seguiu os princípios e os procedimentos da pesquisa-ação, o que permitiu caracterizar a pesquisa como tal. Seguiu também a metodologia de incubação, devidamente adaptada, acrescida de mais algum a fase, visando atender às condições da realidade social do momento:

- ? Fase 1 – Conhecimentos preliminares (contatos iniciais, reuniões, definição dos participantes);

- ? Fase 2 – Identificação das características e concepção da atividade produtiva (apresentação da metodologia de incubação, identificação das potencialidades e limitações do grupo, planejamento das prioridades, concepção da atividade produtiva, análise de viabilidade econômica e implementação de ações pré-cooperativistas);
- ? Fase 3 – Planejamento e organização do empreendimento e organização gerencial e de áreas funcionais;
- ? Fase 4 – Incubação (funcionamento da cooperativa);
- ? Fase 5 – Desincubação (emancipação e certificação da cooperativa).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fase 1 – Conhecimentos Preliminares

Com esta fase, deu-se início ao primeiro contato formal. Na primeira reunião com todos os integrantes, o que se pôde observar é que somente duas pessoas, num total de 26, sabiam o era uma cooperativa, devido à ajuda de um amigo que era aluno do curso de Gestão de Cooperativas da Instituição de Ensino. Notou-se também que tudo estava centrado em um integrante do grupo.

O grupo foi às reuniões acreditando que iriam conseguir um emprego de imediato, e faziam questionamentos da seguinte maneira:
 “Quando irá assinar minha carteira de trabalho?”
 “Quando começaremos a trabalhar?”
 “O que é uma cooperativa?”

Essas declarações demonstravam que a mobilização não foi realizada no sentido de se construir o projeto a partir das expectativas do grupo como um todo. As expectativas da constituição da cooperativa refletiam apenas a visão de duas pessoas, aquelas que detinham o conceito sobre o cooperativismo.

O grupo era composto por 26 homens que residiam em bairros de distintos localizados na periferia do município.

Diante de uma reunião conturbada, cheia de expectativas de trabalho e renda, ficou evidente a primeira redução dos participantes do grupo, de 26 para 20 pessoas. Um dos motivos dessa redução foi a frustração dos integrantes por almejarem uma oportunidade imediata de trabalho. Essa reunião, no entanto, motivou a equipe da ITCP a mostrar e explicar novamente todo o cronograma de atividades propostas pela incubadora, pois isso não parecia muito claro aos integrantes do grupo.

Depois dessa reunião, ocorreu nova redução do grupo incubado. Ficaram somente 16 pessoas, pois muitos verificaram que a constituição e legalização da cooperativa, seis meses de acordo com a metodologia da incubadora, descrita anteriormente, demoraria mais tempo que o imaginado. Segundo orientação da metodologia no projeto original, esse período, considerado longo pelos integrantes do grupo, seria necessário, mas para quem está desempregado é muito tempo.

O que se pode observar nessa primeira fase é que o grupo, no decorrer das reuniões, uma por semana, com duração média de duas horas e meia, não tinha muitas informações sobre cooperativismo numa concepção de Economia Solidária. Além disso, os integrantes do

Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.2, n.1, p.57-71, 2008.

grupo nunca tinham vivenciado trabalhos em grupos e com grupos. Uns interrompiam a fala do outro, não tinham paciência em ouvir, ainda, diziam ter pouca ou nenhuma experiência na atividade de trabalho, que nesse período ainda se cogitava na área de segurança e vigilância.

Fase 2 – Identificação das Características do Grupo e Concepção da Atividade Produtiva

Para que houvesse maior integração e coesão intergrupual e melhorar as relações interpessoais, foram realizadas Dinâmicas de Grupo ministradas pela própria equipe da incubadora, visando, assim, a um melhor andamento das reuniões, e que se pudesse identificar com maior propriedade as características do grupo e a concepção da atividade produtiva. A primeira Dinâmica, intitulada Apresentação, objetivava observar aspectos ligados ao íntimo dos integrantes do grupo, ou seja, à descrição do seu perfil, se alegres, tímidos, lutadores, sérios, brincalhões, tristes e guerreiros. Outra Dinâmica foi Montar Quebra-Cabeça que teve como resultados, em um grupo, a integração e participação no processo de montagem do quebra-cabeça e, em outro, muitas divergências e falta de participação, uma vez que não conseguiram concluir a dinâmica.

Além dessas, outras Dinâmicas foram aplicadas como a do Júri Simulado e a da Matriz Realidade/Desejo. Nesta última, detectou-se um dos maiores problemas que afligia os integrantes do grupo, isto é, a falta de cooperação em decorrência da falta de paciência e de respeito entre os membros do grupo. O caminho proposto para resolver esse problema foi a necessidade de "conscientização do grupo". O segundo problema foi o descontentamento do que seria uma cooperativa, suas vantagens e desvantagens. A alternativa sugerida pelo próprio grupo foi a de se fazerem mais cursos e oficinas sobre o Cooperativismo e Economia Solidária. O terceiro foi o desemprego, no qual o grupo indicou, como causas, a falta de qualificação profissional e o mercado de trabalho do município, cuja economia girava em torno das atividades desenvolvidas pela Instituição de Ensino, caracterizando extrema dependência econômica. A proposta para tentar reverter esse quadro foi a qualificação de todos os membros, bem como sua união, através da organização da cooperativa, para conseguir alcançar seus objetivos comuns. O último ponto levantado foi a falta de recurso para montar minimamente uma sede, material de trabalho para se inserir no mercado e oferecer seus serviços.

A última Dinâmica foi a da Cadeira Cooperativa, que levou à reflexão de que os padrões competitivos deveriam ser deixados do lado dentro e fora do grupo.

É importante assinalar que, ao final de todas as Dinâmicas, foram feitas discussões com o grupo para saber qual seria o próximo passo a ser desenvolvido e se estavam prontos a constituírem uma cooperativa. Como resposta, afirmaram que "ainda não estavam preparados". Para sanar essa falta de "preparo", foram abordados temas sobre cooperação, cooperativa, participação, princípios cooperativos, vantagens e desvantagens da constituição de uma cooperativa.

A identificação das características, bem como das atividades realizadas por seus integrantes, permitiu obterem-se mais informações. O que mais chamou a atenção foram ainda as diferentes expectativas que tinham sobre a cooperativa a ser constituída.

O grupo tinha em mente, como relatado no início, constituir uma Cooperativa de Vigilantes. Com o passar das reuniões, das dinâmicas realizadas, das observações e dos estudos sobre tal atividade, o grupo chegou à conclusão de que, em princípio, o melhor seria a formação de uma Cooperativa de Serviços Gerais, pois somente três deles possuíam capacitação técnica para atuarem como Segurança. Além disso, os integrantes do grupo não dispunham de recursos financeiros para realização de um curso de segurança.

Devido à particularidade da Cooperativa de Serviços Gerais, ou seja, um ramo da Cooperativa de Trabalho, não foi realizada a pesquisa de viabilidade econômica como proposta pela metodologia de incubação da ITCP. Por ser uma atividade bastante complexa, envolvendo várias áreas, alguns membros da ITCP acabaram por não assumir essa etapa do projeto.

Após seis meses, o grupo começou sua formalização/legalização, isto é, elaboração e aprovação do Estatuto e Regimento Interno. Contudo, antes de dar continuidade, era preciso que o grupo aumentasse seu quadro, pois no sétimo mês de atividade de incubação, o grupo contava com apenas oito integrantes. E mais, como formalizar, se o grupo não estava capacitado para entrar no mercado e enfrentar seus concorrentes?

Um ponto particular observado para uma Cooperativa de Trabalho é que a capacitação teria de começar tão logo os participantes decidissem sua atividade, e não somente após sua formalização. A demora nesta atividade, prevista na metodologia, foi um fator de desmotivação e diminuição do quadro do grupo.

Ao final de 2004, foi elaborado um pequeno questionário com o objetivo de verificar as expectativas e satisfação do grupo, uma vez que a equipe da ITCP da Instituição de Ensino ainda percebia certa desmotivação por parte do grupo a ser incubado. Pretendia-se saber como os integrantes estavam vendo a coesão do grupo, o que estavam percebendo das reuniões e se tinham algumas sugestões de melhoria. Responderam ao questionário seis, dos oito participantes. O que mais chamou a atenção foram três questões:

- ? O que mantém você neste grupo?
 “Saber que vocês acredita em nós e [que] nós acreditamos em vocês”;
 “Meus companheiros, a minha esperança e vontade de vencer coletivamente”;
 “A vontade de cada vez mais estar aprendendo, e me mantenho no grupo pela seriedade que vocês têm em passar para nós o que aprenderam e também a vontade de ser um cooperado.”
- ? O que representa para você estar neste grupo?
 “Que possamos ter condições de melhorar”;
 “Uma outra vida”.
- ? O que falta para a cooperativa ser constituída?
 “Mais integrantes, mais está muito difícil pessoas que realmente queira participar das reuniões”.

Além do processo lento, um outro problema com que se deparou o grupo foi o Ministério do Trabalho, já que este acredita que cooperativa de “Serviços Gerais” é uma forma ilegal de cooperativa, pois gera subordinação, um das características do vínculo empregatício. Dessa forma, o grupo estaria constituindo uma cooperativa ilegal. Infelizmente, essa situação somente foi verificada após oito meses do processo de incubação, devido à inexperience da equipe da ITCP da Instituição de Ensino que auxiliava o grupo.

Em janeiro de 2005, para atender aos dispositivos legais, o grupo trocou novamente sua atividade, desta vez para a de garçom, que teoricamente eliminaria o problema legal. A partir desse momento foi realizado o primeiro curso de capacitação de garçom. Mesmo com a primeira capacitação, os integrantes do grupo não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, seja individual ou coletivamente, pois ainda faltavam recursos financeiros para confeccionar o uniforme, essencial para a atividade de garçom.

Mesmo com o cansaço dos integrantes, por não estarem realizando a atividade pretendida e não conseguirem a oportunidade de reverterem a situação de desemprego, não deixavam de comparecer às reuniões e de terem a esperança de que em algum momento tudo isso poderia melhorar.

A opção do grupo pela atividade de garçom é respaldada pela lei, segundo CARELLI (2002). É legal, pois é uma atividade eventual. Contudo, essa atividade tem que oferecer aos membros do grupo rendimentos necessários para melhorar suas condições de vida.

O grupo fez outras capacitações, contudo, a esporadicidade dos eventos não foi suficiente para manter o grupo. Os membros buscaram ainda o apoio da Prefeitura para tentar manter o grupo, mas não tiveram êxito.

Após dois anos de reuniões semanais, de capacitações profissionais e também de debates sobre temas relacionados às novas alternativas de geração de trabalho e renda, o grupo acabou se dissolvendo, ou seja, o grupo não conseguiu constituir a cooperativa de garçom.

Por mais que quisessem e precisassem de uma alternativa de trabalho e renda para a melhoria da qualidade de vida, os obstáculos foram maiores, impedindo que o grupo continuasse no processo de incubação proposto pela ITCP, e assim não conseguindo alcançar seus objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas com o Projeto das Incubadoras são muito grandes, pois elas emergem com o intuito da inclusão dos trabalhadores no mercado, resgatando muitas vezes sua cidadania.

Entretanto, para que a ITCP da Instituição de Ensino consiga realizar suas atividades com os grupos, precisa ter bem claro o funcionamento de sua própria estrutura antes de partir para o trabalho em campo. Delimitar as funções, estabelecer o planejamento das ações, entrosar a equipe tornam-se imprescindíveis, pois acredita-se que, dessa maneira, ocorra maior identidade da equipe, criando, assim, coerência interna para a incubadora possa criar um corpo único, com propósitos claros e definidos. Deve-se também ter uma equipe que seja permanente, mesmo que pequena, para que constitua um elo entre quem sai e quem está entrando. Além disso, é necessário ter apoio mais efetivo da universidade na qual está inserida.

Infelizmente, a ITCP da Instituição de Ensino não pôde realizar todo o processo que estava previsto no próprio projeto. Pelo contrário, a "Formação da incubadora" não conseguiu concretizar todas as etapas devido a vários problemas como: formação adequada da equipe em

questões técnicas e metodológicas, estrutura, falta de recursos, etapas, essas, muito importantes para uma consolidação interna e externa, que foram suprimidas do processo. Uma importante atividade que afetou o trabalho, tanto interna quanto externamente, foi a deficiente formação da equipe, e que daria suporte à incubação. Como são constantes as mudanças nas equipes, o desenvolvimento e aperfeiçoamento não é contínuo. Acredita-se que essas mudanças constantes atrapalham a constituição de identidade e coesão da equipe. Com certeza, a coordenação deveria permanecer no mínimo dois anos na incubadora, o que viabilizaria essa coesão garantindo a continuidade do processo. Além disso, o ITCP da Instituição de Ensino deveria ter um corpo permanente, para manter também a continuidade da incubadora.

Outra questão importante é quanto aos recursos, em especial os humanos, que, por não serem certos e contínuos, exigem constante discussão do grupo e redefinição de seu rumo, deixando uma questão em aberto: "Como a incubadora vai dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos com os grupos que estão em processo de incubação?"

Quanto ao processo de incubação, em si, fazem-se necessários maiores estudos sobre a metodologia de sua realização; como acontecerão as intervenções e qual deve ser a melhor forma de adaptá-las à realidade de cada grupo. As mudanças são possíveis, mas se dão de forma gradativa, criando novas formas de pensar e atuar, resultando em novas relações homem-realidade, pois o homem é ativo, social, histórico.

A experiência da incubação tornou claro que a constituição do grupo se dá por um processo que não pode ser imposto. O grupo precisa se acostumar com o novo, tornando familiar a realidade cooperada entre seus membros.

Além disso, para uma atividade de intervenção como essa, é necessário embasamento teórico sobre diversos temas, alguns deles foram aqui analisados a partir da pesquisa bibliográfica. Entretanto, para cada grupo, a demanda de tema de estudo deverá variar.

Com relação ao grupo desta pesquisa, analisado desde o primeiro contato em março de 2004, optou-se por uma série de serviços, desde a atividade de Vigilante, chegando à atividade de Garçom. Pode-se assim, pensar melhor em alguns problemas a serem solucionados para a constituição da cooperativa. Como o número de integrantes era de apenas seis, o grupo de garçom terá de apurar formas de agregar mais pessoas. A falta de recursos para confeccionar o uniforme de garçom e exercer a atividade coloca mais desafios para o grupo, de maneira que eles se especializam na atividade de garçom ou buscam diversificar seus serviços para potencializar a articulação e organização do trabalho já experimentado pelos seus membros. Ainda, como fazer dessa atividade uma atividade que supra as necessidades para a melhoria de qualidade de vida dos integrantes do grupo de Garçom? Talvez o maior desafio, que ameaça a própria existência da consciência crítica, seja o retorno financeiro proporcionado pela atividade escolhida. Não se pode ser crítico sem as mínimas condições de vida, ou seja, sem alimentação, moradia, saúde, educação e segurança. Esses podem ser os grandes obstáculos na constituição de cooperativas populares. Elas evidenciam a necessidade de mudanças sociais mais profundas em nossa sociedade, tanto em nível local como também no âmbito nacional.

Quanto às cooperativas de trabalho, essa experiência de análise evidenciou que são necessárias informações para que o processo proposto pelas incubadoras não incorra em equívocos jurídicos e legais. E para isso é preciso que fique claro ao Ministério do Trabalho

como funciona e o que é o trabalho das incubadoras. E ainda, para dirimir de vez a questão, tanto com o Ministério do Trabalho, como também para acabar com as falsas cooperativas, o melhor seria a elaboração de uma lei própria para as Cooperativas de Trabalho. Na regulamentação, deveriam ficar claramente definidas as áreas nas quais essas cooperativas poderiam atuar, bem como o tratamento legal (trabalhista e previdenciário) que seria aplicado às Cooperativas de Trabalho e a seus associados.

A incubadora propõe uma visão crítica ao sistema capitalista e trata como um valor institucional que os empreendimentos devem se caracterizar pela autonomia e solidariedade. Contudo, não se pode dizer que essas cooperativas populares, constituídas pelas incubadoras, conseguem, totalmente, realizar seus propósitos de equidade e igualdade social em razão dos limites estruturais da dinâmica social desigual de nossa sociedade capitalista. Entretanto, essas experiências não podem ser agrupadas no bolo das falsas cooperativas.

Na medida em que as ITCs propõem um trabalho diferente, que trata da autogestão e da autonomia dos trabalhadores, como também sua inclusão no mercado de trabalho através de um processo de formação e desmistificação da subordinação e de superação do trabalho que, em alguns casos, encontra-se na forma análoga a de escravo, algumas questões metodológicas devem ser problematizadas e algumas questões teóricas e legais estudadas.

Com este relato pretendeu-se contribuir com a problematização dos processos metodológicos e as abordagens teóricas que têm em vista a emancipação de grupos de trabalhadores que agem no sentido de encontrar brechas na geração de oportunidades de trabalho e renda.

6. BIBLIOGRAFIA

- BOCAYUVA, Pedro C.C. **Incubadora tecnológica de cooperativas populares da Coppe/UFRJ. Redução da pobreza e dinâmicas locais.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Cooperativas de mão-de-obra: manual contra a fraude.** São Paulo: LTr, 2002.
- FONTES, A., **Microempreendimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro-Diagnóstico e Políticas de Apoio.** 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- GAIGER, Luiz I. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.** In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) **A Economia solidária na Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 267 – 286.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto de constituição da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.** Viçosa, 2003.
- MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de Trabalho: sua relação com o direito de trabalho.** (2ed.) São Paulo. LTr. 2001.
- MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de Trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil.** São Paulo: LTr. 2000. p.71 – 104.
- NASCIMENTO, Fernando R. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa.** Rio de Janeiro: Forense, 2000. p.67 – 82.

OLIVEIRA, Luiz J.R. **Incubadoras Universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios**. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Científica e Tecnológicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro**. In M. R. Loureiro (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez. 1981. p. 11 – 40.

SINGER, Paul. **Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A Economia solidária na Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Contexto, São Paulo, 2000. p.123 – 134.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Perseu Abramo. 2002. 127p.

SOUZA, André R. **Um instantâneo de economia solidária no Brasil**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A Economia solidária na Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Contexto, São Paulo, 2000. p. 7 – 10.

TEIXEIRA JUNIOR, Amílcar Barca. **Cooperativas de trabalho: na administração pública**. Amílcar Barca Teixeira Junior e Lívio Rodrigues Ciotti. Belo Horizonte, Mandamentos. 2003. p.25 – 94.

THOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997, 164p.